



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 9.568, DE 2018

(Do Sr. Augusto Carvalho)

Acrescenta inciso ao art. 835 da Lei nº 13.105, 16 de março de 2015, que institui o Código de Processo Civil.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte inciso ao art. 835 da Lei nº 13.105, 16 de março de 2015, que será o XIII, renumerando-se os demais:

“Art. 835.

XIII - website e outros bens intangíveis relacionados com o comércio eletrônico.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), em decisão recente¹, determinou a penhora do domínio na internet de um devedor. A decisão, unânime, foi proferida pela 28ª Câmara de Direito Privado e nela o Relator, Desembargador Gilson Miranda citou diversos julgados, dentre eles o de que: “*a penhora sobre direitos de bens móveis imateriais é possível, encontrando-se entre eles, sem dúvida, os direitos ao uso de um determinado domínio na 'internet' registrados no órgão controlador competente (...)*”². De acordo com ele, “*assemelha-se isso aos direitos sobre a marca de um determinado produto comercial, cuja penhorabilidade é incontroversa. Se a comercialização desses direitos pode ser problemática e se o resultado de eventual arrematação poderá não ser profícuo, isso é questão que interessa ao credor, não sendo motivo para o indeferimento da pretensão quando requerida por ele próprio*”³.

No mesmo sentido, a V Jornada de Direito Civil do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal CEJ/CJF aprovou o Enunciado nº 488, nos seguintes termos: “*admite-se a penhora do website e de outros intangíveis*

¹ TJSP. 28ª Câmara de Direito Privado. Relator: Desembargador: Gilson Miranda. Agravo de Instrumento nº 2108119-31.2017.8.26.0000.

² TJSP, Agravo de Instrumento n. 0031318-02.2003.8.26.0000, 7ª Câmara do 1º TAC, j. 24-06-2003. Relator: Juiz Ulisses do Valle Ramos.

³ TJSP, Agravo de Instrumento n. 0031318-02.2003.8.26.0000, 7ª Câmara do 1º TAC, j. 24-06-2003. Relator: Juiz Ulisses do Valle Ramos.

relacionados com o comércio eletrônico”⁴. Nas discussões havidas no decorrer da V Jornada de Direito Civil, ficou assente que “o *estabelecimento comercial é o conjunto de bens corpóreos e incorpóreos organizados para o exercício da empresa, pela sociedade empresária ou empresário. Diante dessa clássica definição de estabelecimento, temos a presença do estabelecimento comercial virtual que tem a mesma natureza jurídica do estabelecimento físico, enquadrando-se no art. 1.142 do Código Civil, mesmo aquele possuindo em sua maioria bens imateriais. Diante da Súmula 451 do STJ, o estabelecimento comercial pode ser objeto de penhora (...)*”⁵.

A Súmula 451 do STJ⁶ estabelece que “*é legítima a penhora da sede do estabelecimento comercial*”.

Portanto, em caso de execução judicial de crédito, seja civil, trabalhista ou fiscal, “*se a devedora não pagar e/ou não indicar bens suficientes à garantia do débito, e se não forem encontrados bens à penhora segundo a ordem prevista no artigo 835 do CPC, a empresa estará sujeita à penhora de bens intangíveis, como o estabelecimento comercial ou o domínio na internet (website)*”⁷.

Ao apresentarmos a proposição, objetivamos incorporar à lei o entendimento mais atualizado da jurisprudência sobre o tema.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2018.

Deputado AUGUSTO CARVALHO
Solidariedade/DF

⁴V Jornada de Direito Civil do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal CEJ/CJF, Enunciado 488. Disponível em:<[file:///C:/Users/Paulo/Downloads/VJornadadireitocivil2012%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Paulo/Downloads/VJornadadireitocivil2012%20(2).pdf)>. Acesso em 02.02.2018.

⁵ Idem, pág. 238.

⁶ Órgão Julgador: CORTE ESPECIAL. Data da Decisão: 02/06/2010. Fonte: DJE DATA:21/06/2010 RSTJ VOL.:00219 PG:00721. Disponível em:< http://www.stj.jus.br/docs_internet/SumulasSTJ.pdf>. Acesso em 02.02.2018.

⁷ *Penhora de Website é Meio Possível de Pressionar Pagamento de Dívida*. Revista Consultor Jurídico, 28 de janeiro de 2018. Disponível em:<<https://www.conjur.com.br/2018-jan-28/opinio-penhora-website-meio-possivel-pressionar-devedor>>. Acesso em 02.02.2018.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015

Código de Processo Civil.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
PARTE ESPECIAL
.....

LIVRO II
DO PROCESSO DE EXECUÇÃO
.....

TÍTULO II
DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO
.....

CAPÍTULO IV
DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA
.....

Seção III
Da Penhora, do Depósito e da Avaliação

Subseção I
Do Objeto da Penhora
.....

Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:

- I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira;
- II - títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado;
- III - títulos e valores mobiliários com cotação em mercado;
- IV - veículos de via terrestre;
- V - bens imóveis;
- VI - bens móveis em geral;
- VII - semoventes;
- VIII - navios e aeronaves;
- IX - ações e quotas de sociedades simples e empresárias;
- X - percentual do faturamento de empresa devedora;

XI - pedras e metais preciosos;

XII - direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia;

XIII - outros direitos.

§ 1º É prioritária a penhora em dinheiro, podendo o juiz, nas demais hipóteses, alterar a ordem prevista no *caput* de acordo com as circunstâncias do caso concreto.

§ 2º Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento.

§ 3º Na execução de crédito com garantia real, a penhora recairá sobre a coisa dada em garantia, e, se a coisa pertencer a terceiro garantidor, este também será intimado da penhora.

Art. 836. Não se levará a efeito a penhora quando ficar evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução.

§ 1º Quando não encontrar bens penhoráveis, independentemente de determinação judicial expressa, o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica.

§ 2º Elaborada a lista, o executado ou seu representante legal será nomeado depositário provisório de tais bens até ulterior determinação do juiz.

.....
.....

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ENUNCIADO Nº 488

Admite-se a penhora do website e de outros intangíveis relacionados com o comércio eletrônico.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

PARTE ESPECIAL

.....

LIVRO II DO DIREITO DE EMPRESA

.....

TÍTULO III

DO ESTABELECIMENTO**CAPÍTULO ÚNICO
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1.142. Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.

Art. 1.143. Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.

.....
.....

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**SÚMULA N° 451**

É legítima a penhora da sede do estabelecimento comercial.

FIM DO DOCUMENTO
